

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA PELA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM
DESTINADA A APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO
PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2020,
QUE “DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE
2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

-14 DE MAIO DE 2020-

Aos quatorze dias do mês de maio, do ano de dois mil e vinte, nesta cidade de Itanhaém, por vídeo conferência em virtude da orientação do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde – OMS na adoção do distanciamento/isolamento social no combate à pandemia do COVID-19 às 10h00min, realizou-se a Audiência Pública, promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Itanhaém, destinada a apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 38, de 2020, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2021, e dá outras providências” – LDO 2021, de autoria do Executivo. O Nobre Vereador Peterson Gonzaga Dias, Presidente da Comissão deu início aos trabalhos da audiência pública, manifestando-se nos seguintes termos: “Bom dia Senhoras e Senhores. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos Trabalhos. Quero aqui, constar e agradecer a presença da equipe técnica contábil da Prefeitura Municipal de Itanhaém, representada nesta videoconferência pelos Senhores Michel Santos de Oliveira e Ana Maria Mancini, servidores do Departamento Municipal de Contabilidade. Hoje nos reunimos aqui para a realização da audiência pública de apresentação e discussão do Projeto de Lei nº 38, de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício 2021, e dá outras providências. Vale ressaltar que, aos interessados em participar da audiência pública com, foi-lhes disponibilizados prazo para o credenciamento *on line*, juntamente como cópia integral do Projeto de Lei nº 38, de 2020, na página oficial da Câmara Municipal de Itanhaém, endereço eletrônico: <http://www.itanhaem.sp.leg.br/> a partir do dia oito de maio de dois mil e vinte, para a inscrição e o envio de questionamentos a serem aludidos nesta audiência pública. Iniciemos nossos trabalhos. A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 2000, em seu artigo 48, elenca os instrumentos de transparências da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias. Dispõe ainda, que a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, razão pela qual nos reunimos aqui na data de hoje. Antes de prospectarmos a estruturação do Projeto da LDO, gostaria de fazer uma breve explanação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO tem a finalidade de orientar a elaboração de orçamentos fiscais, despesas e investimentos previstos pela Administração Municipal, buscando sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no PPA – Plano Plurianual de Ação Governamental. O projeto da LDO é de iniciativa exclusiva do Executivo, que deve encaminhá-los para aprovação do Legislativo até o dia 15 de abril de cada ano, onde tramitará em dois turnos de votação. No término do processo legislativo desta Casa, o Projeto de Lei deverá ser remetido para sanção do poder Executivo até o encerramento do primeiro período da Sessão legislativa. Por força de disposições constitucionais, é garantido à população o acompanhamento da tramitação do

projeto, a ampla discussão e participação neste processo legislativo. Ao situar-se em uma posição intermediária entre os dispositivos do PPA e a previsão de receitas e despesas da Lei Orçamentária Anual, a LDO cumpre o papel de balanceamento entre a estratégia traçada pelo governo e as reais possibilidades que vão se apresentando ao longo de sua gestão. Antecipa, dessa forma, a definição de prioridades e escolhas. As diretrizes orçamentárias constituem um conjunto de instruções para a concretização de um plano de ação governamental. É um instrumento de planejamento, onde, entre outras providências, destacam-se aquelas voltadas para a elaboração do orçamento. A LDO visa disciplinar e orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual e fixa as metas e prioridades da Administração Pública. Também dispõe sobre as alterações na legislação tributária municipal (previsão de novos tributos, alterações de alíquotas etc). Estabelece metas fiscais (diferença entre arrecadação prevista e gastos, exceto pagamento de juros), riscos fiscais e os fatores que podem vir a afetar as contas públicas. Ainda estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que compreende: 1. Prever a Receita: sua estimativa considerando o histórico de arrecadação, as perspectivas de evolução das receitas próprias e dos índices de transparências, a previsão de novas receitas através de convênio e apoio financeiros de outras esferas do governo; 2. Projetar as Despesas com Pessoal, dentro dos limites legais; 3. Projetar os demais gastos fixos; 4. Projetar a amortização da dívida consolidada; 5. Destinar o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento para a área da Educação e 15% (quinze por cento) para a Saúde; 6. Projetar os investimentos e as despesas eventuais. Na estimativa da receita e fixação da despesa a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2021, fixou o total de receitas e despesas em R\$ 451.905.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e cinco mil reais). Para sua efetivação observará os seguintes princípios: I – Da prioridade de investimentos nas áreas sociais; II – Da austeridade na gestão dos recursos públicos; III – Da modernização na ação governamental; IV – Do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária. A lei orçamentária conterá reserva de contingência, em montante equivalente a, no máximo, 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício 2021, destinada ao atendimento de passivos contingente e de outros riscos e eventos fiscais imprevistos e, na hipótese de não ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá lançar mão do seu saldo para cobertura a outros créditos adicionais legalmente autorizados. As metas fiscais para o exercício de 2021 contemplam: RECEITA TOTAL R\$ 451.905.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e cinco mil reais); RECEITAS PRIMÁRIAS: R\$ 433.845.000,00 (quatrocentos e trinta e três milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil reais); DESPESA TOTAL R\$ 451.905.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e cinco mil reais); DESPESAS PRIMÁRIAS R\$ 440.607.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões, seiscentos e sete mil reais); RESULTADO PRIMÁRIO R\$ -6.762.000,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e dois mil reais negativos); RESULTADO NOMINAL R\$ -9.000.000,00 (nove milhões de reais negativos); DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA R\$ 192.572.055,00 (cento e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil e cinquenta e cinco reais); e DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 192.572.055,32 (cento e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). O resultado Primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta, as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”, caso negativa, um “déficit primário”. Esse resultado é uma meta fiscal que avalia se o governo está gastando mais do que arrecadando. A grosso modo, vale dizer que o resultado primário é a diferença entre as despesas e as receitas fiscais, é a geração de caixa do governo. Já o Resultado Nominal é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período. O

projeto também traz em seu bojo; **Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais: Metas Previstas 2019:** RECEITA TOTAL R\$ 423.783.648,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, setecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e oito reais); DESPESA TOTAL R\$ 423.783.648,00 (quatrocentos e vinte e três milhões, setecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e oito reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 93.813.639,00 (noventa e três milhões, oitocentos e treze mil e seiscentos e trinta e nove reais). **Metas Realizadas 2019:** RECEITA TOTAL R\$ 440.882.750,67 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos); DESPESA TOTAL R\$ 436.073.973,19 (quatrocentos e trinta e seis milhões, setenta e três mil, novecentos e setenta e três reais e dezenove centavos). **Varição 2019:** RECEITA TOTAL R\$ 17.099.102,67 (dezessete milhões, noventa e nove mil, cento e dois reais e sessenta e sete centavos); DESPESA TOTAL R\$ 12.290.325,19 (doze milhões, duzentos e noventa mil, trezentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 124.758.416,32 (cento e vinte quatro milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos). **Demonstrativos III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores: Valores a Preços Correntes 2018:** RECEITA TOTAL R\$ 410.008.795,00 (quatrocentos e dez milhões, oito mil, setecentos e noventa e cinco reais); DESPESA TOTAL R\$ 410.008.795,00 (quatrocentos e dez milhões, oito mil, setecentos e noventa e cinco reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 120.235.112,24 (cento e vinte milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cento e doze reais e vinte e quatro centavos). **Valores a Preços Correntes 2019:** RECEITA TOTAL R\$ 440.882.750,67 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos); DESPESA TOTAL R\$ 436.073.973,19 (quatrocentos e trinta e seis milhões, setenta e três mil, novecentos e setenta e três reais e dezenove centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 218.572.055,32 (duzentos e dezoito milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). **Valores a Preços Correntes 2020:** RECEITA TOTAL R\$ 467.348.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais); DESPESA TOTAL R\$ 467.348.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 201.572.055,32 (duzentos e um milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). **Valores a Preços Correntes 2021:** RECEITA TOTAL R\$ 451.905.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e cinco mil reais); DESPESA TOTAL R\$ 451.905.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e cinco mil reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 192.572.000,00 (cento e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). **Valores a Preços Correntes 2022:** RECEITA TOTAL R\$ 463.203.000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões, duzentos e três mil reais); DESPESA TOTAL R\$ 463.203.000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões, duzentos e três mil reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 183.122.055,32 (cento e oitenta e três milhões, cento e vinte dois mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). **Valores a Preços Correntes 2023:** RECEITA TOTAL R\$ 474.784.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais); DESPESA TOTAL R\$ 474.784.000,00 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 173.622.055,32 (cento e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e dois mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). **Valores a Preços Constantes 2018:** RECEITA TOTAL R\$ 438.372.178,42 (quatrocentos e trinta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos); DESPESA TOTAL R\$ 438.372.178,42 (quatrocentos e trinta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 128.552.676,72 (cento e vinte oito milhões,

quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos). **Valores a Preços Constantes 2019:** RECEITA TOTAL R\$ 451.904.819,44 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, novecentos e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos); DESPESA TOTAL R\$ 446.975.822,52 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte dois reais e cinquenta e dois centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 224.036.356,70 (duzentos e vinte quatro milhões, trinta e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos). **Valores a Preços Constantes 2020:** RECEITA TOTAL R\$ 467.348.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais); DESPESA TOTAL R\$ 467.348.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 201.527.055,32 (duzentos e um milhões, quinhentos e vinte sete mil, cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos). **Valores a Preços Constantes 2021:** RECEITA TOTAL R\$ 440.882.926,83 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte seis reais e oitenta e três centavos); DESPESA TOTAL R\$ 440.882.926,83 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte seis reais e oitenta e três centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 187.875.175,92 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos). **Valores a Preços Constantes 2022:** RECEITA TOTAL R\$ 440.883.283,76 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos); DESPESA TOTAL R\$ 440.883.283,76 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 174.298.208,51 (cento e setenta e quatro milhões, duzentos e noventa e oito mil, duzentos e oito reais e cinquenta e um centavos). **Valores a Preços Constantes 2023:** RECEITA TOTAL R\$ 440.884.142,71 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e um centavos); DESPESA TOTAL R\$ 440.884.142,71 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e setenta e um centavos); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA R\$ 161.225.338,29 (cento e sessenta e um milhões, duzentos e vinte cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte nove centavos). **Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido:** PATRIMÔNIO/CAPITAL 2019: R\$ 646.094.927,67 (seiscentos e quarenta e seis milhões, noventa e quatro mil, novecentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos). PATRIMÔNIO/CAPITAL 2018: R\$ 563.929.381,16 (quinhentos e sessenta e três milhões, novecentos e vinte e nove mil, trezentos e oitenta e um reais e dezesseis centavos). PATRIMÔNIO/CAPITAL 2017: R\$ 451.771.026,58 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, vinte e seis reais e cinquenta e oito centavos). Não houve reservas nem resultados acumulado, totalizando a evolução do patrimônio líquido os valores mencionados. **Demonstrativos V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos: Receitas Realizadas 2019:** ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS: R\$ 396.608,60 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e oito reais e sessenta centavos); TOTAL: R\$ 396.608,60 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e oito reais e sessenta centavos). **Despesas Liquidadas 2019:** INVESTIMENTOS: R\$ 0,00 (zero reais); TOTAL: R\$ 0,00 (zero reais); SALDO FINANCEIRO: R\$ 396.608,60 (trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e oito reais e sessenta centavos). **Receitas Realizadas 2018:** ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS: R\$ 2.187.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil reais); TOTAL: R\$ 2.187.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil reais). **Despesas Liquidadas 2018:** INVESTIMENTOS: R\$ 2.187.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil reais); TOTAL: R\$ 2.187.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil reais); SALDO FINANCEIRO: R\$ 0,00.(zero reais). **Receitas Realizadas 2017:** ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS: R\$ 0,00 (zero reais); TOTAL: R\$ 0,00 (zero reais). **Despesas Liquidadas 2017:** INVESTIMENTOS: R\$ 0,00

(zero reais); TOTAL: R\$ 0,00 (zero reais); SALDO FINANCEIRO: R\$ 0,00.(zero reais). **Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia da receita:** Não há previsão de renúncia. **Demonstrativos de Riscos Fiscais e Providências: Outros passivos contingentes:** VALOR R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); SUBTOTAL R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); **Demais Riscos Fiscais:** SUBTOTAL R\$ 0,00 (zero reais), TOTAL R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). **Providências: Diversas despesas não previstas. Utilização de reserva de contingência:** R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O que se denota é que nessa questão do enfrentamento da pandemia do Covid-19, ocorre um cenário de difícil previsão para o momento atual, notadamente na questão da área da saúde, com previsão de um aumento na despesa. Percebe-se na comparação com o exercício atual uma diminuição nas despesas para 2021, porém em relação ao exercício 2019 o aumento é real. **Especificação: Valores a Preço Correntes: DESPESA TOTAL 2019:** R\$ 446.975.822,52 (quatrocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos). **DESPESA TOTAL 2020:** R\$ 467.348.000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais). **DESPESA TOTAL 2021:** R\$ 440.882.926,83 (quatrocentos e quarenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e três centavos). Esta é a apresentação do Projeto de Lei nº 38, de 2020, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2021, e dá outras providências”, registrado nesta Casa sob o protocolo número 776, de 2020. Coloco o projeto em discussão. Não havendo credenciados e nem inscritos a falar, informo que a ata desta audiência pública estará disponível ao público em geral no Portal da Câmara Municipal de Itanhaém. Não havendo nada mais a tratar. Agradeço a participação *on-line* de todos e declaro por encerrada a presente audiência pública as 10h26min. Para constar, eu, _____, Ana Marcia Muniz (Diretora do Departamento Parlamentar), transcrevi a presente ata, a qual irá devidamente assinada pelo Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Peterson Gonzaga Dias e por mim. Sala “Dom Idílio José Soares”, quatorze de maio de dois mil e vinte.

PETERSON GONZAGA DIAS
Presidente
Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Câmara Municipal de Itanhaém